

Boletim Número 84**Data: Janeiro – Fevereiro – Março/2020****EDITORIAL**

O Boletim Proealc nº 84 é editado no momento em que o Brasil e o mundo enfrentam a pandemia de coronavírus (COVID-19) cujo os casos confirmados já ultrapassam a casa dos milhares. Na América Latina, a região com os índices de desigualdade mais elevados do planeta, o ano começa com a eclosão de manifestações em diversos países contra seus respectivos governos ultraconservadores. Como consequência da pandemia de COVID-19, a maioria dos Estados já decretou medidas de isolamento social. Começamos o boletim com uma reportagem que mostra a insatisfação latino caribenha perante as medidas tomadas por seus respectivos governos de cunho neoliberal. Em seguida, abordamos o tratamento dado a quem se opõe ao atual governo de Jair Bolsonaro, que segue enclausurando-se ainda mais em seus mandos e desmandos. Trazemos também uma reportagem que destrincha o que cada país da América Latina e Caribe tem feito para lidar com a pandemia do coronavírus e com a crise econômica. Mais à frente, apresentamos como as tensões político-econômicas ligadas à pandemia deixam ainda mais incerto o futuro latinoamericano. Ao final, os ataques e recuos do (des)governo brasileiro, que parece não ter um norte (ou tenta camuflá-lo) em meio a tantos casos confirmados da doença em um país onde a população é formada por grande número de trabalhadores autônomos, que necessitam de auxílio estatal durante a fase de isolamento social.

Boa leitura,

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Coordenadora do PROEALC/CCS/UERJ

Em Foco I***Por que os protestos na América Latina não vão desaparecer tão cedo***

Por Eduardo Thomson, Ezra Fieser e Stephan Kueffner
11/01/2020

Chama-se Plaza Italia, é uma grande rotatória em Santiago, a capital chilena. Ao norte e ao leste, vivem os ultrarricos do país. Uma maneira de descrever os que não conhecem a sombria realidade do resto do país é dizer que “eles nunca estiveram abaixo da Plaza Italia”.

O lugar é foco de concentração para violentas manifestações que mudaram o status do Chile de país mais rico e estável da América Latina para um caso de teste de profunda agitação social. A área, que os manifestantes renomearam “Plaza de la Dignidad”, está coberta por pichações e a maioria das lojas foi saqueada e fechada.

O caso do Chile, com danos à propriedade de pelo menos US\$ 2 bilhões e 26 mortos, chocou o mundo dos investidores porque era supostamente um modelo regional. No entanto, o vírus do

descontentamento já estava se espalhando para outros lugares, e as ruas da Colômbia, Equador e Bolívia se transformaram em cenas de fúria incendiária.

Inúmeros fatores estão em jogo. Entre os mais significativos estão a desigualdade econômica, tensões étnicas e brutalidade policial. Embora os protestos mais violentos tenham se dissipado por enquanto, essas divergências continuam a roer a coesão social e podem, mais uma vez, causar distúrbios inesperados e repentinos. A fragilidade reina nas instituições e no Estado de direito, e outro ano difícil é esperado para as economias.

Desigualdade no Chile

Toda sexta-feira, depois que David Vargas completa sua jornada como técnico em uma empresa de cartão de crédito no sofisticado bairro de Nueva Las Condes, em Santiago, ele vai à Plaza Italia para participar dos protestos.

Vargas, 38 anos, encarna a divisão socioeconômica do Chile. Vem de uma família humilde e trabalha entre os mais abastados do país. Embora já tenha sentido que a desigualdade estava diminuindo, acredita que atualmente há uma estagnação. Ele ficou surpreso ao notar a diferença entre como as autoridades tratavam seu bairro de trabalho e seu bairro residencial.

A área em torno de sua empresa “estava cheia de soldados”, disse. “Vigiavam tudo quando absolutamente nada havia acontecido. Mas, se eu fosse ao centro ou a outras partes de Santiago, era puro caos. Só cuidavam da Plaza Italia e dos bairros ricos.”

O pai de Vargas, ex-operário de fábrica, recebe pensão mensal por invalidez de apenas 80 mil pesos, cerca de US\$ 100. A mãe trabalhava como doméstica.

Paulina Astroza, professora de ciência política da Universidade de Conceição, no Chile, diz que o modelo econômico do país funcionou quando os preços das commodities subiram, mas fracassou desde então.

“O problema é a desconfiança da classe política, da igreja, inclusive dos líderes sindicais e trabalhistas”, afirmou. “Tem que haver uma mudança no modelo para uma maior redistribuição da riqueza ou a desigualdade grotesca e o descontentamento continuarão. Se quisermos evitar outras protestos em um, dois ou até cinco anos, temos que ver uma redistribuição do poder.”

Brutalidade policial na Colômbia

Dilan Cruz não era muito interessado em política. Aos 18 anos, com um sorriso largo e um grande grupo de amigos, se juntou às manifestações contra o governo na Colômbia, no final de novembro, para protestar por mais verbas para a educação.

Alexa Beltrán, uma amiga íntima, disse que Dilan acreditava que poderia progredir se tivesse oportunidade de estudar. Ele estava prestes a se formar no ensino médio e planejava estudar administração de empresas, disse.

Cruz foi assassinado pela polícia de choque em uma das manifestações. Sua morte foi um pivô e exemplo de táticas policiais agressivas que provocaram protestos nos países andinos.

Dezenas de manifestantes morreram e milhares foram feridos pelas forças estaduais de Bogotá a Santiago. A violência tem sido mais proeminente no Chile, onde milhares foram feridos, incluindo mais de 200 que sofreram lesões oculares pelo uso de espingardas por autoridades, segundo grupos de direitos humanos.

“Existem semelhanças no comportamento das unidades policiais”, disse Silvia Otero Bahamón, professora da Universidade do Rosário, em Bogotá, que estuda desigualdade e violência política.

A ditadura, a guerra e os altos níveis de violência no passado geraram forças policiais muito militarizadas. Abusos são comuns. Os colombianos, que viveram décadas de conflito armado, ficaram tão acostumados a esses abusos que poucos dos mais de 40 assassinatos de manifestantes cometidos pela polícia nas últimas duas décadas foram investigados, diz Otero Bahamón.

A morte de Cruz provocou novos protestos e revolta. Manifestantes carregaram cartazes com sua imagem e gritaram “Dilan não morreu, foi assassinado”. Os líderes do protesto exigem que o

governo desmantele o Esquadrão Móvel Antidistúrbios da polícia nacional, conhecido pela sigla ESMAD.

O presidente da Colômbia, Iván Duke, descartou a medida. A morte de Cruz está sendo investigada por promotores.

Tensões indígenas no Equador

Quando o presidente Lenín Moreno anunciou o fim dos subsídios à gasolina e ao diesel em outubro para cumprir o programa do Fundo Monetário Internacional, a reação foi tão violenta que o líder teve de fugir da capital Quito e transferir a sede do governo para o centro de negócios costeiro de Guayaquil. Grupos indígenas estavam entre os mais afetados.

Os bloqueios de estradas de 24 horas, conseguidos com o corte de árvores, queima de pneus e rolamento de pedras, paralisaram grandes áreas. Algumas saquearam plantações de flores e fazendas. Outros causaram danos de US\$ 140 milhões ao sabotar a produção de petróleo. Os saques e tumultos nas ruas culminaram no incêndio do Gabinete da Controladoria-Geral e em várias mortes, o que levou Moreno a revogar seu decreto. A confederação indígena CONAIE suspendeu as manifestações. O governo está de volta a Quito, mas a tensão ainda é alta.

Os líderes da CONAIE, com ponchos tradicionais, chapéus de feltro e lanças de madeira, derrubaram vários governos eleitos no Equador no passado. Moreno respondeu com cautela ao tentar adotar políticas econômicas mais voltadas ao mercado.

Luisa Lozano, 43 anos, diretora da organização de mulheres da CONAIE, contestou as acusações por seu papel em protestos anteriores contra o governo, incluindo bloqueios de estradas.

“Quanto mais repressão, maior a adrenalina para resistir”, disse em referência aos protestos e confrontos de outubro sobre os preços dos combustíveis. “Quanto mais sangue houver, mais forte será a reação das pessoas. Quando se trata disso, as pessoas reagem porque sabemos que tudo o que alcançamos foi luta após luta.”

Link: <https://exame.abril.com.br/mundo/por-que-os-protestos-na-america-latina-nao-vaio-desaparecer-tao-cedo/>

Em Foco II

Bolsonaro acelera deterioração da democracia no Brasil

Por: Naiara Galarraga Gortázar
12/01/2020

A chegada ao poder no Brasil de Jair Bolsonaro — o primeiro presidente ultradireitista desde o retorno à democracia em 1985 — veio acompanhada de grandes temores por parte de seus adversários e das minorias. O primeiro ano de mandato incluiu confrontos com outros poderes do Estado, ataques à imprensa, à ciência, à história... decisões controvertidas e infinitas polêmicas. O militar reformado, que mantém vivo o discurso de nós contra eles da campanha e é abertamente hostil à esquerda, testou as instituições do Brasil.

O apoio à democracia caiu sete pontos, a 62% desde sua posse, os indiferentes ao formato de Governo aumentam enquanto se mantém em 12% a porcentagem dos que acreditam que em certas circunstâncias a ditadura é melhor, de acordo com a pesquisa do Datafolha divulgada no Ano Novo.

O Congresso, no qual não tem maioria, deteve suas iniciativas legislativas mais radicais como eximir policiais e militares de responsabilidade em tiroteios com bandidos e purgar os livros escolares de esquerdismo. O Supremo também foi uma barreira. Mas em áreas como a política cultural, destruiu tudo aquilo que não bate com sua visão. Os editoriais contra seus instintos autoritários são frequentes.

A ONU ligou os alarmes já em setembro, através de sua alta comissária para os Direitos Humanos, a ex-presidenta Michele Bachelet, que após criticar o aumento de mortos por disparos policiais afirmou: “Nos últimos meses observamos uma redução do espaço cívico e democrático, caracterizado por ataques contra os defensores dos direitos humanos e restrições impostas ao trabalho da sociedade civil”. Bolsonaro respondeu cruelmente ao ofender a memória do pai da chilena, um militar assassinado pela ditadura a quem acusou de comunista.

O último relatório anual sobre a qualidade da democracia no mundo do V-dem, um instituto da Universidade de Gotemburgo, coloca o Brasil no top 30% dos mais democráticos, mas alerta sobre sua guinada à autocracia (e a dos EUA, entre outros). O balanço de 2018, antes de Bolsonaro, já apontava uma deterioração desde os anos conturbados do impeachment da esquerdista Dilma Rousseff.

Ainda que o relatório sobre 2019 só fique pronto em alguns meses, o diretor do V-dem, o professor Staffan I. Lindberg, alerta que, baseado em suas observações, o Brasil vive “uma guinada à autocracia das mais rápidas e intensas do mundo nos últimos anos”.

O que mais preocupa esses acadêmicos, diz por telefone da Suécia, são os esforços do presidente e seu Governo para calar os críticos, sejam adversários políticos, juizes que investigam a corrupção, jornalistas, acadêmicos e membros da sociedade civil. “Foi o que fez (Recep Tayyip) Erdogan quando levou a Turquia da democracia à ditadura, o que faz (Viktor) Orban na Hungria, que está prestes a deixar de ser uma democracia, e exatamente o que (Narendra) Modi faz na Índia”, alerta Lindberg.

Os exemplos são inúmeros. Bolsonaro destituiu o diretor do órgão que realiza a medição oficial do desmatamento na Amazônia, pediu um boicote ao jornal *Folha de S.Paulo* e às empresas anunciantes, sugeriu que o jornalista norte-americano Glenn Greenwald possa ser preso no Brasil por revelações jornalísticas, em um discurso no Chile elogiou Pinochet e no Paraguai, Stroessner. A lista continua e é longa.

O diretor do V-dem afirma que “Bolsonaro é o presidente com menos restrições (das instituições democráticas) desde o final do regime militar” porque quando assumiu a Presidência as instituições — do Congresso à Promotoria Geral da União — já sofriam um enfraquecimento. De fato, desde 2017 o instituto de análise não considera o Brasil uma democracia liberal, e sim uma democracia eleitoral.

A visão da advogada constitucionalista Vera Chemim é menos sombria. Afirma que o presidente “não significa uma ameaça real à democracia ainda que continue atirando no próprio pé” com polêmicas desnecessárias que podem se tornar contraproducentes para seus interesses porque reforçam a esquerda e ofuscam a ação de seu Governo.

Chemim afirma que “o Estado de direito democrático é suficientemente sólido e relativamente maduro para sobreviver a qualquer tentativa de intervenção político-ideológica que possa desconstruir o regime democrático conquistado a duras penas em 1985” e consagrado na Constituição. Diz que o presidente “não afetou as instituições democráticas ainda que tenha de fato agitado a conjuntura política e jurídica quando se expressa e age de maneira impulsiva e explosiva, alimentando ainda mais a profunda polarização ideológica entre as supostas direita e esquerda”.

Bolsonaro faz referências constantes à necessidade de governar para a maioria e eliminar até o último vestígio de seus antecessores esquerdistas, como frisou dias atrás ao mencionar os livros de texto. Abordou o assunto sem ser perguntado por nenhum dos jornalistas que o esperavam diante de sua residência em Brasília, seu local favorito para se comunicar com a imprensa. “A partir de 2021, todos os livros serão nossos, feitos por nós. Os pais irão adorar. Terão a bandeira na capa. Terão o hino. Hoje, como regra, os livros são um monte de coisas escritas, é preciso suavizar (...) Não pode ser como esse lixo que hoje é a regra”.

O especialista sueco alerta sobre dois assuntos: uma vez calados os críticos e a imprensa, os Governos têm o domínio absoluto da informação. E “não são necessárias mudanças legais para que um país se transforme em uma autocracia eleitoral. Veja a Bielorrússia”.

Link: https://brasil.elpais.com/brasil/2020/01/12/politica/1578841564_993293.html?fbclid=IwAR0ECTy7sbbJMTqkCja-IH7yXUc_u0sErSxoWoEj3ZvpULdZwAMmVc6TyFc

Em Foco III

Por que a América Latina é a 'região mais desigual do planeta'

Por Gerardo Lissardy
16/02/2020

A América Latina é tão desigual que uma mulher em um bairro pobre de Santiago, capital do Chile, nasce com uma expectativa de vida 18 anos menor que outra de uma área rica da mesma cidade, segundo um estudo.

Em São Paulo, essa lógica também ocorre. Quem mora em Paraisópolis, uma das maiores favelas da cidade, vive em média 10 anos menos do que os moradores do Morumbi, bairro rico ao lado da comunidade, de acordo com o Mapa da Desigualdade, da ONG Rede Nossa São Paulo, que compila dados públicos.

A grande disparidade latino-americana também envolve a cor da pele ou a etnia: em comparação com os brancos, os negros e indígenas têm mais possibilidades de ser pobres e menos de concluírem a escola ou conseguirem um emprego formal.

A América Latina foi apontada como a região do mundo com a maior desigualdade de renda no relatório de desenvolvimento humano de 2019 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), lançado em dezembro.

Os 10% mais ricos da América Latina concentram uma parcela maior da renda do que qualquer outra região (37%), afirmou o relatório. E vice-versa: os 40% mais pobres recebem a menor fatia (13%).

Muitos têm apontado essa desigualdade como uma das explicações para a onda de protestos que varreu recentemente alguns países da América Latina, como Chile, Peru e Bolívia.

Apesar dos avanços econômicos e sociais nos primeiros anos deste século, a América Latina ainda é "a região mais desigual do planeta", alertou a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) em várias ocasiões.

A questão, então, é por que esse cenário ainda continua.

A resposta, segundo historiadores, economistas e sociólogos, começa alguns séculos atrás. "Pode-se dizer que o passado colonial criou as condições para a desigualdade", diz à Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia, à BBC News Mundo, serviço de notícias em espanhol da BBC.

Uma história antiga

Segundo Stiglitz, a exploração dos colonizadores semeou a desigualdade na América Latina, bem como a distribuição desigual de terras nas economias agrárias contribuiu para "a criação de algumas famílias muito ricas e muitas famílias muito pobres".

Em vários países da América Latina, assim como nos Estados Unidos, um grande elemento racial desempenhou um papel em pelo menos uma dimensão da desigualdade", diz o ex-economista-chefe do Banco Mundial e atual professor da Universidade de Columbia, em Nova York.

E isso parece longe de ser apenas uma questão do passado.

Na América Latina, a incidência de pobreza é ainda maior nas áreas rurais, e entre indígenas e negros, afirmou a Cepal em relatório de 2019 sobre o cenário social da região.

De acordo com o documento, embora tenha havido uma leve redução recente, a taxa de pobreza dos indígenas em 2018 foi de 49%, o dobro do registrado para a população não indígena nem negra. E a taxa de extrema pobreza alcançou o triplo (18%).

No México, os indígenas representam aproximadamente 15% da população, e quase três quartos deles vivem na pobreza. Um estudo da organização Oxfam indicou, em agosto, que 43% dos indivíduos que falam um idioma nativo não concluíram o ensino fundamental, e apenas 10% têm trabalho formal ou é empregador.

Círculo vicioso

Existem outros fatores por trás do abismo social na América Latina, que carrega a reputação de região "mais desigual" desde os anos 1980.

Hoje, a região também é uma das mais urbanizadas do mundo. As rápidas migrações da população rural para as cidades, porém, ocorreram no último meio século de maneira desordenada.

Em muitas áreas de expansão das cidades, o Estado não foi eficiente em promover serviços públicos como educação ou saúde.

Um estudo publicado pela revista The Lancet em dezembro descobriu grandes diferenças na expectativa de vida nas cidades da América Latina. E essas lacunas dependem, por exemplo, do bairro onde as pessoas moram: se ele for mais pobre, a tendência é de que seus moradores vivam menos do que os habitantes de regiões mais ricas.

Em Santiago, as mulheres mais pobres vivem quase 20 anos a menos que as mais ricas. Na Cidade do México, os homens de bairros mais pobres morrem 11 anos antes que os mais ricos.

Stiglitz, que escreveu vários livros sobre desigualdade, observa "um círculo vicioso" na região. "Um alto nível de desigualdade econômica cria sistemas políticos que ajudam a perpetuar essa economia", explica. "Então esses sistemas não investem muito em educação, por exemplo." Ele também afirma que economias baseadas em recursos naturais, como as da América Latina, tendem a ser caracterizadas pela desigualdade. "A riqueza do continente vem da renda associada aos recursos naturais", explica. "E, na sociedade, há uma briga por quem recebe a renda."

No entanto, outros países ricos em recursos naturais, como a Noruega ou a Austrália, escapam dos grandes problemas da desigualdade latino-americana.

A chave nesses casos, dizem os especialistas, é ter instituições que permitam um gerenciamento mais eficiente das receitas para impulsionar o desenvolvimento. E isso também é escasso na América Latina.

Fim da festa

As evidências mostram que as classes médias latino-americanas pagam mais impostos do que recebem em serviços sociais como educação ou saúde. Em resposta, elas recorrem a provedores privados, o que tende a aumentar a desigualdade, segundo o relatório do PNUD sobre desenvolvimento humano.

As políticas tributárias são uma fonte fundamental desses problemas.

Comparados a outros países em desenvolvimento, os sistemas tributários latino-americanos tendem a ter uma parcela maior de impostos indiretos (sobre consumo), que favorecem menos a igualdade do que os impostos diretos (sobre renda ou propriedade).

Assim, impostos e transferências diretas reduzem muito mais o coeficiente de desigualdade nas economias avançadas do que nas economias emergentes e em desenvolvimento, "incluindo países da América Latina com algumas das maiores desigualdades de renda do mundo", alertou no mesmo relatório David Coady, do departamento de assuntos tributários do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Apesar de tudo isso, cerca de 100 milhões de latino-americanos saíram da pobreza entre as décadas de 1990 e 2000, com base em programas sociais e políticas salariais em meio ao boom das commodities.

A desigualdade estrutural nesse período, no entanto, variou muito pouco.

E a disparidade de renda em países como Brasil, México, Colômbia ou Chile ofuscou os recentes avanços no índice de desenvolvimento humano da ONU, que inclui variáveis como expectativa de vida ou qualidade da educação. No ano passado, a Venezuela, Nicarágua e Argentina tiveram recuos, mergulhando os países ainda mais em suas crises políticas e sociais.

Além disso, após o boom econômico, a taxa de pobreza na América Latina aumentou de 28%, em 2014, para 31% no ano passado, segundo dados da Cepal. Do total de pobres que a região "ganhou" nos últimos cinco anos, 26 milhões sofrem com a pobreza extrema, sendo o Brasil a principal fonte desse retrocesso.

Em meio a esse panorama, a inquietação social foi expressa recentemente através de votos contra os governos atuais em todo o subcontinente e, principalmente, com fortes protestos de rua em países como Chile, Colômbia ou Equador.

"Há um protesto generalizado contra aqueles que estão governando", diz Nora Lustig, professora de economia na Universidade de Tulane (EUA) e diretora do Instituto do Compromisso com a Igualdade. "Combina-se o fim da festa para todos com uma situação em que a distribuição de renda começa a piorar novamente."

Link: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/02/16/por-que-a-america-latina-e-a-regiao-mais-desigual-do-planeta.ghtml>

Em Foco IV

Coronavírus: como a América Latina e o Caribe estão lidando com pandemia

Por: Zoe PC
25/03/2020

O número confirmado de casos da covid-19 ao redor do mundo já passou de 350 mil com mais de 15 mil mortos até esta quarta-feira (25). A Europa, o epicentro da pandemia, tem visto um aumento exponencial de casos, com governos correndo para conter o avanço da doença e compensar suas lentas reações.

Nos Estados Unidos, o número de casos confirmados do novo coronavírus passou de 60 mil nesta quarta-feira (25), e 827 pessoas morreram, segundo a Universidade Johns Hopkins, que reúne números sobre o avanço da doença no mundo.

O país têm o terceiro maior número de casos confirmados, atrás da China e da Itália, sendo a última o país mais afetado pela epidemia, com 5.476 mortes.

No momento, a América Latina e o Caribe se encontram nos estágios iniciais do surto, porém, quase todos os países da região tem casos confirmados, com a exceção de Belize. O Brasil é o país que apresenta maior número de casos na região. São 2.433 casos confirmados e 57 mortes.

Baseado em projeções, o vírus deve impactar a região com força. No Brasil, a estimativa feita por analistas em um relatório da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) obtido pelo *The Intercept Brasil* é de que o número de mortes pode chegar a 5.571 até o dia 6 de abril.

Políticas neoliberais e cortes na Saúde

Muitos países têm sofrido cortes nos setores públicos, especificamente na Saúde e Educação, prejudicadas por programas neoliberais de líderes de extrema direita, e despreparados para lidar com o fluxo de pacientes, ou de administrar os testes e coordenação necessárias durante a crise de saúde.

Confira a análise de como o vírus está se espalhando na América Latina e quais medidas os governos estão tomando.

América do Sul

As reações na América do Sul variam desde negação até quarentena ou paralisação completa.

O pronunciamento do presidente brasileiro de extrema direita, Jair Bolsonaro (sem partido) em rede pública de rádio e televisão na noite de terça-feira (24), por exemplo, foi na contramão do que está sendo recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pelo próprio Ministério da Saúde brasileiro.

O presidente brasileiro criticou as medidas de isolamento social determinadas por governadores de diversos estados e disse que a imprensa causou pânico e histeria na sociedade brasileira ao tratar do coronavírus.

Nesta quarta-feira (25) na porta do Palácio da Alvorada, Bolsonaro manteve o discurso feito no pronunciamento anterior e afirmou que a orientação em relação ao enfrentamento da pandemia será "vertical daqui pra frente" em referência ao diálogo entre o Planalto e Ministério da Saúde.

Já o presidente argentino Alberto Fernández disse nesta quarta-feira (25) que a quarentena será prorrogada no país caso necessário e afirmou que, entre a economia e a saúde, escolhe "privilegiar a saúde".

"Para os idiotas, digo que a Argentina dos 'espertos' acabou", disse ao se referir às pessoas que tentam burlar o isolamento social imposto para conter a doença.

Venezuela

A Venezuela tomou medidas drásticas para prevenir a disseminação rápida da doença bem cedo. No dia 15 de março, voos da Colômbia e Europa já estavam completamente suspensos e fronteiras marítimas e terrestres fechadas.

Escolas fecharam, e aulas foram suspensas, trabalhadores não essenciais foram mandados para casa. A diretiva de quarentena social estrita foi anunciada para as regiões mais afetadas incluindo a capital venezuelana Caracas e o estado de Apure, Cojedes, La Guaira, Miranda, Táchira e Zulia.

As organizações e estruturas sociais dentro de comunidades foram ativadas para assegurar a distribuição de comida, medicamentos e outras necessidades essenciais, enquanto recursos estão sendo repassados para o setor de saúde para garantir que o teste e tratamento de todos que precisam é possível.

O governo de Nicolás Maduro anunciou no último domingo (22) medidas para proteger os trabalhadores durante o período de isolamento. O Estado assumirá o pagamento dos salários dos trabalhadores de pequenas e médias empresas do setor privado pelos próximos seis meses.

A rápida resposta do governo foi necessária, especialmente porque as brutais sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos enfraqueceram a capacidade do sistema de saúde e infraestrutura venezuelana em lidar com uma crise dessa magnitude.

Além disso, o governo venezuelano pediu ajuda em termos de suprimentos e mão de obra para Cuba e China, que ajudaram. Eles também pediram um empréstimo pro Fundo Monetário Internacional (FMI). O FMI havia anunciado que daria pacotes de assistência especiais a países para combater o coronavírus, mas recusou essa ajuda à Venezuela. Atualmente, o número de casos no país é 106.

Argentina

Com 387 casos e oito mortes registrados até o momento, a Argentina tomou um rumo parecido, efetivando medidas restritivas bem cedo. Na quinta-feira (19), o presidente Alberto Fernández anunciou uma série de medidas econômicas, sociais e trabalhistas para enfrentar o vírus e aliviar os impactos econômicos nos mais vulneráveis.

Desde o dia 20 de março, todos na Argentina devem permanecer em isolamento social obrigatório pelo menos até a próxima terça-feira (31), quando será reavaliada a situação. O Estado está utilizando a Polícia Federal e militar para aplicar a quarentena.

Nesta quarta-feira (25), o presidente argentino Alberto Fernández, afirmou que a quarentena será prorrogada se necessário. "Se tivermos que estender essas medidas, o faremos, porque entre a economia e a saúde, escolho privilegiar a saúde", afirmou.

O presidente argentino classificou como mau exemplo para o resto da sociedade, tentativas de burlar o isolamento social. "Para os idiotas, digo que a Argentina dos 'especialistas' [referência irônica àqueles que desrespeitam o isolamento] acabou", disse.

O presidente argentino também anunciou nesta quarta-feira (25) que enviou ao Congresso um projeto para congelar o valor dos aluguéis por 180 dias e proibir os despejos durante esse período.

Fernández alocou fundos substanciais para garantir o apoio do Estado a negócios e trabalhadores cuja atividade foi interrompida por causa da quarentena, e designou mais recursos para o seguro-desemprego. Ele também requisitou uma linha de crédito para assegurar a produção e disponibilidade de produtos básicos, e manter o mínimo de atividade econômica.

Antes de Fernández tomar posse em dezembro, a Argentina passava por uma das piores crises econômicas de sua história, consequência das políticas neoliberais do presidente anterior, Mauricio Macri.

Depois de tomar posse, ele imediatamente começou a trabalhar para desfazer o dano causado por Macri, focando em socorrer mais de 40% da população que havia sido jogada na pobreza. O sistema público de saúde também foi severamente afetado sob Macri, que será um desafio para a Argentina enquanto batalha a pandemia. O país registra 387 casos e seis mortes pela doença.

Brasil

O Brasil está do outro lado do espectro, com mais de 2.433 casos e 57 mortes no país. Apesar do rápido crescimento no número de infecções, o governo tem sido extremamente lento em sua reação e implementação de medidas de contenção.

Na contramão do que recomenda a Organização Mundial de Saúde (OMS), e o próprio Ministério da Saúde brasileiro, o presidente de extrema direita, Jair Bolsonaro tem constantemente diminuído o problema, o chamando de "propaganda da mídia" e "fantasia".

O discurso se intensificou durante um pronunciamento feito em rede nacional de rádio e TV na noite desta quarta-feira (24), em que o presidente rechaçou o isolamento para evitar a disseminação do vírus, culpou imprensa por "histeria" e disse que a covid-19 é "gripezinha" em "pessoas sãs".

Bolsonaro criticou as medidas de isolamento social determinadas por governadores de diversos estados e disse que a imprensa causou pânico e histeria na sociedade brasileira ao tratar do coronavírus.

Nas palavras dele, autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada e retornar à normalidade. Ele ainda questionou os motivos para o fechamento de escolas, já que o grupo de risco está acima dos 60 anos e voltou a dizer que o Brasil precisa garantir empregos durante a crise.

Nesta quarta-feira (25) ele reforçou esse discurso diante de jornalistas em frente ao Palácio do Planalto.

"Alguns poucos governadores, não são todos, em especial Rio e São Paulo, estão fazendo uma demagogia barata em cima disso. Para esconder outros problemas, se colocam junto à mídia como salvadores da pátria, como o messias que vai salvar seus estados e o Brasil do caos", afirmou.

O presidente brasileiro já havia violado recomendações da OMS. No dia 15 de março, apesar dessas recomendações que incluem o cancelamento de grandes aglomerações públicas, o próprio Bolsonaro apareceu em Brasília numa passeata a favor de sua administração.

Devido à falta de uma resposta nacional robusta, a responsabilidade de implementar as medidas necessárias, tem caído em grande parte em governos estaduais e municipalidades.

Numa coletiva de imprensa dia 21 de março, João Dória, governador do estado de São Paulo, decretou uma quarentena estatal começando na terça-feira, 24 de março, até dia 7 de abril, com a possibilidade de ser renovada. Todo o comércio e serviços não essenciais estarão fechados.

O governo carioca de Wilson Witzel também tomou medidas extremas. Ele anunciou na terça-feira (19), que voos vindos de lugares com altos índices de infecções por coronavírus estavam suspensos. Restrições também foram impostas no transporte terrestre, com a suspensão de ônibus intermunicipais e interestaduais. Uma quarentena foi declarada e o comércio não essencial foi suspenso.

Durante as últimas semanas, movimentos sociais e sindicatos denunciam as políticas neoliberais adotadas pelo governo Bolsonaro, que enfraquecem o sistema nacional de saúde. Desde o dia 17 de março, pessoas de todo Brasil vêm participando de painéis dentro de casa, em protesto aos cortes na saúde, educação e a fraca resposta do governo Bolsonaro perante a crise.

Colômbia

O presidente colombiano Ivan Duque, finalmente adotou medidas estritas para conter o vírus no país, depois de ser ridicularizado por rezar para a padroeira da Colômbia, a Virgem de Chiquinquirá, para proteger a nação.

Na última quinta-feira, Duque anunciou que a partir do dia 23 de março, ninguém poderá entrar no país por 30 dias. Medidas que restringem o movimento interno, um toque de recolher, e o fechamento do comércio não essencial também foi anunciado. A Colômbia atualmente tem 470 casos e quatro mortes.

A população carcerária da Colômbia fez várias rebeliões nos últimos dias, protestando a superlotação e falta de saneamento que os torna especialmente vulneráveis. Organizações estão reivindicando que, por conta da superlotação, todos os presos acusados de crimes não violentos sejam soltos.

A rebelião que ocorreu sábado a noite na prisão La Modelo, em Bogotá, foi violentamente reprimida por guardas e o Esquadrão Anti Distúrbios Móvel (ESMAD). Segundo ativistas de direitos humanos, ao menos 23 foram mortos e inúmeros feridos.

Equador

O pequeno país do Equador, já possui 1.173 casos confirmados da covid-19 e ao menos 28 mortes. Devido ao índice de infecção alarmante, o Equador se encontra num estado de emergência, com uma quarentena e toque de recolher há mais de uma semana. Restrições de viagens nacionais e internacionais também forma impostas.

América Central

A América Central se depara com uma situação complexa. Os países da região tem os maiores níveis de desigualdade econômica e sofrem as piores consequências do imperialismo norte-americano.

Durante a última década, eles se encontram em graves crises políticas e socioeconômicas, com desemprego alto, falta de oportunidade, falta de investimentos em saúde e educação pública, violência, entre outros, que se manifestam na migração em massa aos Estados Unidos vinda da região.

O Panamá com 4 milhões de habitantes (443 casos) tem o maior número de casos (405) seguido do México, com uma população de 129.2 milhões. A Costa Rica tem 201 casos confirmados, seguida por Honduras (36) e Guatemala (24). El Salvador tem nove registros da covid-19 enquanto a Nicarágua tem dois.

El Salvador

As medidas adotadas por El Salvador perante a pandemia são exemplares. Dia 11 de março, antes do país ter sequer um caso confirmado, o presidente Nayib Bukele anunciou que qualquer estrangeiro estava proibido de entrar no país, e dia 16 de março, todos voos internacionais foram suspensos. No dia 18 de março, com apenas um caso confirmado no país, ele decretou uma quarentena e o fechamento do comércio não essencial.

Para amenizar o impacto econômico nos setores informais e de serviços, ele tomou várias medidas de resgate, incluindo a suspensão do pagamento de contas para qualquer serviço público como água, eletricidade, telefone e internet, além da suspensão do pagamento de alugueis, empréstimos e hipotecas.

Bukele declarou: “Esse é um evento inédito, não é o momento pra se pensar em perder dinheiro; você deve pensar em sua família, não acredite que você é imune, ninguém é imune, nem mesmo bebês dentro de suas mães”.

Honduras

Honduras também mandou fechar suas fronteiras totalmente. Porém, movimentos sociais dentro do país alertam que o governo está se aproveitando da situação para militarizar a nação ainda mais, não tendo tomado medidas concretas para aliviar o sofrimento dos mais vulneráveis.

“Ao invés de tomar providências para combater a doença, o governo adotou medidas autoritárias. Estabeleceram um toque de recolher e um estado de emergência. O exército e a polícia patrulham as ruas e a população sequer pode comprar comida, as pessoas estão sendo presas. O decreto presidencial diz que qualquer um que violar a ordem e sair de casa pode passar entre dois a seis meses na cadeia”, explicou Camilo Bermúdez, do Conselho Cívico de Organizações Populares e Indígenas de Honduras (COPINH).

Organizações também alertam que o governo pode utilizar a crise para desviar dinheiro (como já fizeram no passado). A principal razão por qual existe essa suspeita, é o fato de que dentro do decreto presidencial, não existe nenhum mecanismo de monitoramento de controle de gastos como normalmente deveria ter.

Se não bastasse isso, os fundos emergenciais serão administrados por uma secretaria militar especial, e não pela Secretaria da Saúde. Embora o presidente tenha anunciado que o fundo emergencial será usado para construir dezenas de novos hospitais (acrescentando aos meros 30 hospitais públicos no país inteiro), nenhum avanço foi feito e as autoridades do Colégio Médico de Honduras dizem que os suprimentos que o governo comprou, não correspondem a suas necessidades.

Existe muito medo na população sobre o que vai acontecer quando o vírus se espalhar no país. Ao menos 60% dos empregos em Honduras são informais, e o governo até agora não fez nenhum pronunciamento sobre como ajudará aqueles incapazes de manter sua renda.

O governo mexicano de Andrés Manuel López Obrador também vem sendo fortemente criticado por sua postura relaxada. Até agora, o governo não efetivou uma quarentena e restrições de viagem são mínimas. Algumas medidas mais restritas vêm sendo tomadas por governos municipais e estaduais, porém o índice de infecção deve aumentar rapidamente no México se o governo federal não agir.

Ambos Panamá e Costa Rica estão impedindo a entrada de qualquer estrangeiro no país e fecharam todo comércio não essencial.

Caribe

Na região caribenha, as ilhas com o maior número de casos confirmados são a República Dominicana com 392, Guadalupe com 73, e Martinica com 57. Cuba, que também possui 57 casos registrados, parece ter conseguido diminuir os níveis de infecção.

Embora os dados pareçam ser menos alarmantes que outras regiões, é importante lembrar que a população dessas ilhas é bem pequena. Cuba tem a maior, com 11.2 milhões de pessoas, e com a exceção de Cuba, Haiti, Jamaica, República Dominicana, Porto Rico e Trindade e Tobago, todas as ilhas tem menos de um milhão de habitantes. Assim sendo, esses números e a atual curva de infecção são causas de preocupação.

Para aumentar o problema, muitas dessas pequenas ilhas não tem uma estrutura de saúde pública adequada para tratar pacientes. Os governos da Jamaica, Saint Kitts e Nevis, Saint Vicent e as Granadinas já pediram ajuda do governo cubano com médicos, infraestrutura, remédios e um plano de tratamento.

Muitos temem a disseminação do vírus no Haiti onde até agora foram confirmados dois casos. Porém, a falta de serviços públicos essenciais como água, a falta de saneamento básico, um sistema público de saúde destruído por ataques neoliberais, tanto como a incapacidade do governo liderado por Jovenel Moïse, levam muitos a acreditar que a doença irá se espalhar com rapidez.

As ilhas do Caribe estão adotando diferentes medidas para desacelerar o espalhamento do vírus. Enquanto o Haiti e Trindade e Tobago fecharam completamente suas fronteiras, a maioria das ilhas caribenhas impuseram restrições parciais de viagem. As restrições variam entre impedir a entrada de passageiros vindos de focos da covid-19 como a Europa e a Ásia, a pedir que aqueles vindos de fora se auto quarentenem por no mínimo duas semanas.

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/25/como-a-america-latina-e-o-caribe-estao-lidando-com-a-covid-19>

Em Foco V

América Latina enfrenta crise do coronavírus em meio a tensões políticas e fragilidade econômica

Por: J. Lafuente
18/03/2020

A América Latina confronta sua enésima encruzilhada num cenário cada vez mais incerto. A região não tem registrado casos de contágio pelo coronavírus SARS-CoV2 no mesmo nível que a Europa, ao menos ainda— advérbio que assombra do México ao Brasil—, mas já está em alerta máximo. A incerteza é total neste vasto território de mais de 600 milhões de pessoas, onde coabitam líderes políticos que não levam a sério as recomendações sanitárias, tensões entre países que se agravam com a pandemia e uma economia cada vez mais frágil que afasta qualquer vislumbre de certeza. O desafio é maiúsculo pela debilidade da maioria dos sistemas de saúde, com um gasto por habitante muito aquém dos países mais industrializados.

No começo do ano, a América Latina vislumbrava um novo horizonte depois das revoltas populares que convulsionaram parte de seus países no final de 2019. Colômbia e Chile tinham seus Governos contra as cordas; a Argentina estreava presidente (Alberto Fernández) e consolidava a guinada política das três principais economias, iniciada um ano antes com a chegada ao poder de Jair Bolsonaro no Brasil e Andrés Manuel López Obrador no México, dois dos mandatários mais criticados por sua atitude irresponsável frente à pandemia. A Venezuela prometia um ano eleitoral em que a batalha política entre Nicolás Maduro e Juan Guaidó ganhava outro palco. Tudo foi sepultado pelo coronavírus. E as incertezas, agravadas.

Às tensões políticas se somam um agravante, a fragilidade econômica em que a América Latina estava imersa e que só irá se aprofundar. Antes da pandemia e da crise do petróleo, a região era a que menos cresceria em todo o mundo. O FMI estimava no final do ano passado um crescimento de 0,2%. A consultoria Capital Economics o calcula no mesmo percentual, sem incluir a Venezuela, por isso todos os analistas entendem que a América Latina está fadada à recessão neste ano.

O golpe que se avizinha na região terá consequências nos protestos populares que, por enquanto, com toda certeza, ficarão numa espécie de quarentena diante as medidas de contenção necessárias em nível mundial. Vale observar o que se prevê no Chile, onde o referendo do mês que vem sobre a reforma constitucional quase certamente será adiado. Se as revoltas foram entendidas como uma resposta à desigualdade inequívoca dos últimos anos, nada prenuncia que eles podem voltar com mais força enquanto os Governos se virem obrigados a aplicar medidas drásticas para paliar a queda.

O coronavírus paralisou em certa medida a América do Sul, onde a maioria dos países decidiu fechar suas fronteiras. O isolamento dos territórios nacionais não é total, mas não tem precedentes nesta escala. Os principais Governos tratam de ter uma resposta coordenada, mas ela é ambígua em alguns países, caso do Brasil, cujo presidente considera que a resposta à pandemia é uma “histeria”. Temendo a movimentação do vírus, o presidente da Argentina, Alberto Fernández, decidiu tomar medidas na fronteira com o Brasil.

A difícil relação entre o Brasil, com um ultradireitista como Bolsonaro, e a Argentina, com o progressista Fernández, está longe de ser um fato isolado. A pandemia agravou o enfrentamento entre a Venezuela e a Colômbia, que compartilham uma das fronteiras mais porosas da região. O Governo de Duque e o de Maduro não têm relação alguma desde que o primeiro reconheceu Juan Guaidó como presidente interino e o apoiou em sua cruzada para derrubar o líder chavista do poder. Apenas nesta terça-feira começaram a ser sentidos os primeiros movimentos para a adoção de medidas conjuntas entre ambos os Governos, através de organismos intermediários. O chanceler venezuelano, Jorge Arreaza, afirmou ter havido tentativas de trabalhar coordenadamente com o Brasil e a Colômbia, mas que estes ignoraram as propostas. Julio Borges, ex-presidente da Assembleia Nacional, reagiu às críticas do ministro: “A região não o reconhece, porque você é um corrupto e um fantoche da ditadura de Nicolás Maduro”.

Qualquer momento é bom para tentar desviar as atenções, como deixou claro na segunda-feira o presidente salvadorenho, Nayib Bukele, ao iniciar, via Twitter, uma espantosa cruzada contra o México, país com o qual teoricamente mantém boas relações e compartilha a necessidade de enfrentar a crise migratória. O mandatário de El Salvador, que tem um dos sistemas sanitários mais precários da região, acusou sem provas o Governo de López Obrador de querer permitir um voo com 12 supostos casos de contagiados por coronavírus. Diante da reação das autoridades mexicanas, Bukele trouxe à tona o asilo político que o México concedeu a um ex-dirigente do partido nicaraguense Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) acusado de corrupção.

A incerteza não só golpeia as relações entre os países como também leva o mal-estar social ao interior de suas sociedades. No México, mesmo com o presidente falando à imprensa diariamente, predomina a confusão. As autoridades sanitárias insistem todos os dias na necessidade de adotar medidas para conter a pandemia, a escassos metros de um presidente que passou o último fim de semana tomando um banho de massas, com beijos e abraços a qualquer um que se aproximasse. O mesmo aconteceu no Brasil. Bolsonaro compareceu no domingo a uma manifestação que ele mesmo incentivou nas redes sociais, em prol de seu Governo e contra o Congresso, e onde não se furtou a tirar fotos e cumprimentar apoiadores. Isto após os apelos de seu ministro da saúde, Luiz Mandetta, que diariamente fala à nação sobre as medidas de prevenção urgentes e necessárias para conter a transmissão da doença. Apesar do comportamento errático do presidente brasileiro, o Governo Federal anunciou que vai pedir ao Congresso o reconhecimento de estado de calamidade pública para poder gastar além do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal e atender à situação emergencial.

O desafio que a América Latina enfrenta é hercúleo nos aspectos político, econômico e também social. Os sistemas de saúde da região são, em geral, fracos ou muito frágeis. Na Venezuela, onde o colapso foi sendo visto passo a passo nos últimos anos, todos os alarmes foram disparados. Embora seja o caso mais ilustrativo, não é o único. À vista do ocorrido na Europa, nem Brasil nem o México, os dois gigantes da região, cujos líderes não parecem suficientemente preparados para enfrentar uma crise sanitária como a que se prevê ou, ao menos por enquanto, se projeta. O desafio na região mais incerta é maiúsculo.

Link: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-03-18/america-latina-enfrenta-crise-do-coronavirus-em-meio-a-tensoes-politicas-e-fragilidade-economica.html?fbclid=IwAR0XqWLNqb9X5qmU4xumCoCKTAH75-Fsn7QnIHPcHG1OYEN1k-tU-LeXAlc>

Em Foco VI

Coronavírus: Bolsonaro recua e revoga autorização para suspender salários por 4 meses

***Por: Laís Alegretti e Mariana Schreiber
15/05/2019***

O presidente Jair Bolsonaro revogou, no início da tarde desta segunda-feira (23/3), trecho da medida provisória (MP) 927 que permitia que as empresas suspendessem por até quatro meses os contratos de trabalho.

"Determinei a revogação do art.18 da MP 927 que permitia a suspensão do contrato de trabalho por até 4 meses sem salário", postou o presidente em sua conta no Twitter. O recuo acontece após intensa polêmica e críticas nas redes sociais.

Alguns parlamentares defenderam nesta manhã que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, devolvesse a medida provisória ao Palácio do Planalto. Já o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, chegou a dizer que a falta de previsão de uma compensação na MP aos trabalhadores que teriam os contratos suspensos criou "pânico" e "crise desnecessária".

Segundo ele, o que estava sendo discutido na equipe econômica era a possibilidade de redução de salário em 50%, com o governo federal assumindo a compensação de 25% do salário do trabalhador, limitado a até dois salários mínimos.

"Sumiu em um lugar parte da medida provisória. Ficou um pânico agora na sociedade por essa questão do emprego, criou uma crise desnecessária", criticou, em debate transmitido online pelo banco BTG Pactual.

"No meu entender, temos que construir rapidamente junto com a equipe econômica a outra medida provisória, ou uma sinalização clara (de que haverá outra medida). Nós estamos na verdade preocupados com como será a manutenção dos empregos. A forma como ficou foi apenas uma insegurança na relação entre empregador e empregado", disse.

O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente, ecoou as palavras de Maia em suas redes sociais e disse que o governo deve compensar a situação bancando 25% dos salários, limitados a um teto de 2 salários mínimos. Mas não esclareceu como isso deve ser feito, já que não está no texto da MP.

O governo chegou a anunciar uma transmissão online com Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes, para explicar melhor as medidas às 14h. No entanto, às 14h18, o Planalto anunciou a suspensão da transmissão por motivos técnicos.

Se por um lado a suspensão dos salários aliviaria as empresas prejudicadas com os impactos da pandemia, por outro lado, os trabalhadores ficariam totalmente sem renda durante esse período.

Exatamente por deixar os trabalhadores sem proteção, a medida iria na contramão do que outros países estão fazendo para conter os impactos negativos desta crise, segundo especialistas ouvidos pela BBC News Brasil.

Uma MP tem validade imediata, mas precisa do aval da Câmara e do Senado para continuar em vigor. Essa aprovação precisa ocorrer em até 120 dias.

O que diz a MP

O que chamou mais atenção é o trecho, agora revogado, que permitiria suspender, durante o estado de calamidade pública, o contrato de trabalho pelo prazo de até quatro meses para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional não presencial.

Essa suspensão do salário não dependeria de acordo ou convenção coletiva e seria definida individualmente com o empregado ou com um grupo de empregados. Se o empregador decidisse pagar uma ajuda financeira para o empregado, o valor poderia ser definido livremente.

A MP também flexibiliza outras regras de trabalho para o período de calamidade pública, como a permissão para as empresas mudarem o regime de trabalho presencial para o teletrabalho.

O texto também permite a antecipação das férias e as férias coletivas e diz que a empresa tem que informar o empregado sobre esse assunto com antecedência de pelo menos 48 horas. Também é possível antecipar feriado e fazer a compensação de bancos de horas que os trabalhadores tenham acumulado.

E, também durante o estado de calamidade pública, a medida suspende a obrigatoriedade de realização dos exames médicos ocupacionais, clínicos e complementares, exceto dos exames demissionais.

Outro ponto da medida é liberar as empresas do pagamento de FGTS dos trabalhadores referente aos meses de março, abril e maio de 2020.

Na visão dos analistas, a ajuda do Estado às empresas é importante especialmente para os empresários que têm pequenos negócios e correm mais riscos de quebrar durante essa crise, já que vão ficar com todas as contas pra pagar, mas com pouco ou nenhum dinheiro entrando na empresa. É por isso que o que muita gente espera é ver um alívio no caixa dos empresários, mas com uma compensação do Estado para os trabalhadores.

O subprocurador-geral do trabalho Ronaldo Fleury, que comandou o Ministério Público do Trabalho (MPT) até agosto de 2019, também criticou a MP, particularmente o artigo recém-revogado, e disse que "vai na direção contrária dos demais países, pois em quase todos foram criados programas de manutenção dos ganhos dos trabalhadores".

"Tem-se um permissivo geral para a suspensão do contrato de trabalho, sem qualquer tipo de remuneração ou indenização para o trabalhador, o que além de tudo, acelera a estagnação econômica", diz o texto, que também critica a não participação de entidades sindicais na concepção das medidas.

'Na contramão'

A economista Monica de Bolle, pesquisadora do Peterson Institute for International Economics, avalia que a permissão do governo brasileiro para suspender salários deixaria o trabalhador extremamente exposto e iria na contramão do mundo.

Outro problema que ela identificou é que a medida impossibilita a chamada reconversão industrial, que é a possibilidade de adaptar uma fábrica, como de autopeças, para passar a produzir equipamento de saúde e de segurança.

"Essa medida está completamente em desacordo com os desafios da crise, não faz o menor sentido do ponto de vista de proteção do trabalhador. E, na comparação com outros países, destoa do que estão fazendo", disse a economista à BBC News Brasil, antes do recuo do governo.

O surto de coronavírus já está causando impactos na economia mundial. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) disse que o choque econômico já é maior do que a crise financeira de 2008. E a Organização Internacional do Trabalho (OIT) apontou que até 24,7 milhões de trabalhadores podem perder o emprego por causa da pandemia.

Diante dessas previsões, os governos do mundo todo estão buscando medidas que possam proteger quem tem um emprego e corre o risco de ser demitido, além de buscar formas de ajudar quem tem trabalho informal ou está desempregado.

É por isso que têm sido vistas medidas de apoio do Estado aos trabalhadores até em lugares com governos que defendem pouca intervenção estatal na economia.

Nos Estados Unidos, por exemplo, o presidente Donald Trump anunciou um plano que envolve enviar cheques de mil dólares para aliviar os efeitos prejudiciais do coronavírus na economia americana.

A Alemanha, conhecida pela rigidez fiscal, também anunciou medidas excepcionais, que incluem a concessão de crédito ilimitado às empresas, para evitar a falência.

A Espanha anunciou a mobilização de quase 20% do PIB para combater os efeitos econômicos da pandemia, com contribuições públicas e privadas. O governo espanhol estabeleceu uma moratória sobre pagamentos de hipotecas, ajuda financeira a trabalhadores independentes e empresas com perdas graves, isenção de pagamentos à Previdência Social, suspensão do corte de água e serviço de internet para aqueles que não podem pagar e direcionar ajuda a famílias com menos recursos financeiros.

No Reino Unido, o governo do conservador de Boris Johnson anunciou que vai cobrir até 80% do salário dos trabalhadores, para evitar que sejam demitidos e que fiquem sem renda, como lembra o economista Wilber Colmerauer, sócio-fundador da EM Funding, em Londres.

"Temos visto aqui na Inglaterra uma visão muito mais equilibrada, no sentido de que o governo está colocando recursos para pagar diretamente salários de alguns empregados. Isso evidentemente é uma medida inédita, principalmente falando de um governo conservador, e denota preocupação de que essa crise possa ter repercussões muito importantes", afirmou.

Ele menciona a preocupação com a situação fiscal, mas pondera que o momento de crise muda o cenário. "Alguns governos têm flexibilidade fiscal maior e outros, muito menor, como é o caso do Brasil, mas talvez não seja hora de ver só o lado fiscal e colocar as coisas em um tom mais emergencial".

Procurado pela reportagem nesta segunda-feira (23), o Ministério da Economia defendeu que a medida ajuda a evitar demissões durante esse período e informou que será editada uma nova MP

nesta semana com uma espécie de cobertura para o salário do trabalhador com contrato suspenso. Isso foi dito antes de Bolsonaro recuar da medida nas redes sociais.

Em meados de março, o governo havia anunciado a criação de um auxílio emergencial no valor de R\$ 200, por pessoa, durante três meses, para apoiar trabalhadores informais, desempregados e microempreendedores individuais (MEIs) que integrem famílias de baixa renda.

Link: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52009036>

Agenda Acadêmica

Lançamentos

CULTURA POLÍTICA E REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL: A INSTRUMENTALIDADE DO PENSAMENTO AUTORITÁRIO(1930-1945). Silene de Moraes Freire. Gramma. 2020

A coordenadora do Programa de Estudos de América Latina e Caribe(PROEALC) e do Observatório de Direitos Humanos(ODH) em breve irá fazer o lançamento de seu livro na UERJ.

BRASIL A PARTE. Perry Anderson. Boitempo. 2020.

Sinopse:

Em seu mais recente livro, *Brasil à parte*, o historiador Perry Anderson apresenta um panorama da história econômica e política de nosso país desde o momento da redemocratização. Os cinco ensaios que compõem o volume (publicados originalmente na *London Review of Books*) revelam a percepção do autor ao longo de períodos-chave do Brasil, passando do Plano Real ao impeachment de Dilma Rousseff. A edição conta, ainda, com uma introdução e um epílogo que analisam inclusive os primeiros meses de Bolsonaro no poder. A análise dos descaminhos, das frustrações e dos momentos de avanços cria pontes entre os acontecimentos nacionais e o contexto global. Anderson realiza uma bem informada crítica desse período histórico ao considerar também os bastidores do poder, as marés econômicas, as políticas implementadas em diversas áreas e os debates transcorridos no cenário intelectual brasileiro.

OS SENTIDOS DO MUNDO. David Harvey. Boitempo. 2020.

Sinopse:

Os sentidos do mundo reúne ensaios escolhidos pelo próprio David Harvey, oferecendo uma síntese retrospectiva de suas mais importantes e originais contribuições teóricas. A coletânea abarca um imenso leque de temas – da ecologia à pós-modernidade, passando por imperialismo, geopolítica, história urbana, crises financeiras e as dinâmicas de urbanização – e ao mesmo tempo revela um fio condutor comum e uma coerência articulada no trabalho de edição. Harvey é um dos mais notáveis intelectuais marxistas da última metade do século e um dos autores mais citados do mundo nas ciências sociais. Com cinco décadas de carreira acadêmica e militante, escreveu diversos livros e dezenas de ensaios e artigos influentes sobre temas que atravessam política, cultura, economia e justiça social. Além de reunir artigos clássicos, a obra traz ensaios inéditos em língua portuguesa, todos acompanhados de comentários do autor, explicando o contexto da publicação original e refletindo sobre sua atualidade e sua relevância para a contemporaneidade.

O PRIVILÉGIO DA SERVIDÃO – 2 EDIÇÃO. Ricardo Antunes. Boitempo. 2020.**Sinopse:**

A nova edição de O privilégio da servidão, do sociólogo e professor Ricardo Antunes, apresenta um retrato detalhado e atualizado da classe trabalhadora hoje, com as principais tendências das novas relações trabalhistas, em que precarizações, terceirizações e desregulamentações tornaram-se parte da regra, e não da exceção. O estudo apresenta uma análise minuciosa das mudanças nas relações de trabalho durante a história recente do país, desde a redemocratização até os primeiros meses de Jair Bolsonaro no poder – passando pelo impeachment de Dilma Rousseff e pelo governo de Michel Temer. O eixo central da obra busca compreender a explosão do novo proletariado de serviços, que se desenvolve com o trabalho digital, online e intermitente. A nova edição do livro conta com um tópico inédito, que procura indicar algumas causas e elaborar significados para a vitória da extrema direita nas eleições de outubro de 2018. Antunes mostra como esse episódio viria a revelar “a nada esdrúxula combinação entre autocracia tutelada e neoliberalismo exacerbado” do governo Bolsonaro: “Trata-se da sujeição completa aos imperativos mais virulentos e destrutivos do capital e, por consequência, da devastação integral das forças sociais do trabalho”.

Expediente**Reitor****Prof. Ruy Garcia Marques****Vice-reitora****Profª Georgina Muniz****Sub-reitora de Graduação****Profª Tania Maria de Castro Carvalho Netto****Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa****Profª Egberto Gaspar de Moura****Sub-reitora de Extensão e Cultura****Profª Elaine Ferreira Torres****Diretor do Centro de Ciências Sociais****Prof. Domenico Mandarino****Coordenadora do PROEALC****Profª Silene de Moraes Freire****Editora Responsável****Profª Dra. Silene de Moraes Freire****Coordenação de Produção****Ms. Laís Morgado Marcoje
(PROATEC/PROEALC/UERJ)****Gabriel Santos de Andrade
(PROEALC/CCS/UERJ)****Diagramação****Gabriel Santos de Andrade
(PROEALC/CCS/UERJ)****Revisão****Os textos publicados são de responsabilidade
dos autores.**